



---

# Projeto Agenda 21

Contrato PNUD/MMA

## **Produto II**

Sistematização de 100 experiências exitosas  
de Agendas 21 Locais no Brasil

## Ficha Técnica:

**Título:** Produto II – Sistematização de 100 experiências exitosas de Agendas 21 Locais no Brasil

**Pesquisa e Texto:** Rodrigo Garcez, Marcelo Cardoso, Rafaela Brito, Jefferson Silva, Rafael Poço, Bárbara Gonçalves, André Goldman

**Coordenação Geral:** Rubens Harry Born

**Supervisão:** Marcelo Cardoso

**Revisão:** Rodrigo Garcez

**Capa e Diagramação:** Nathany Paola da Silva

**Apoio Institucional:**



### Projeto contratado por PNUD e MMA:

Projeto contratado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Ministério do Meio Ambiente – MMA, no âmbito da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Contrato de prestação de serviço numero BRA10-1119/2010 – Apoio às Políticas Públicas na Área Ambiental – SubProjeto I – Agenda 21.



O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundado em 1989, objetiva promover o desenvolvimento sustentável por meio de apoio da implementação participativa de políticas públicas integradas; o fortalecimento de iniciativas geradoras de renda e emprego associadas à sustentabilidade ambiental; gerar e disseminar conhecimento e práticas nas áreas de clima, energia, águas, cidades, ecoturismo, conservação de florestas e de serviços ambientais; e fortalecer organizações e iniciativas de sociedade civil em tais áreas.

**Presidente do Conselho Deliberativo:** Percival Maricato

**Vice-Presidente do Conselho Deliberativo:** Francisco Rodrigues

**Conselheiros:** Alceu Rodrigues de Freitas, Bianca Regina Zello Pereira, Gemima Cirilo Cabral Born, Julio Weiner e Neide Yumie Takaoka.

**Coordenador Executivo:** Marcelo Cardoso

**Coordenador Executivo Adjunto:** Rubens Harry Born

**Equipe do Vitae Civilis:** Aron Belinky, Bárbara Gonçalves, César Pegoraro, Danny Rivian, Fabrizio G. Violini, Francisco Biazini, Morrow Gaines Campbell III, Nathany Paola da Silva, Rafael Poço, Rodrigo Garcez.

### Para saber mais acesse:

[www.vitaecivilis.org.br](http://www.vitaecivilis.org.br)

[www.ecoturismos.org.br](http://www.ecoturismos.org.br)

[www.climaeconsumo.org.br](http://www.climaeconsumo.org.br)

[www.cidadessolares.org.br](http://www.cidadessolares.org.br)

[www.tictactactac.org.br](http://www.tictactactac.org.br)

### Vitae Civilis - São Paulo (sede)

Rua Itápolis, 1468

CEP 01245-000 / Pacaembu

São Paulo – SP

Tel.: +55 11 3662-0158

e-mail: [vcivilis@vitaecivilis.org.br](mailto:vcivilis@vitaecivilis.org.br)

São Paulo, janeiro de 2011.

**Ficha Técnica do Projeto:****Entidade executora:**

Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz (São Paulo, SP)

**Entidades parceiras:**

Associação Civil Alternativa Terrazul (Fortaleza, CE)

Onda Verde (Nova Iguaçu, RJ)

**Coordenação Geral do Projeto:**

Rubens Harry Born

**Coordenação Financeira Administrativa:**

Danny Rivian

**Coordenação de Pesquisa:**

Silvia Dias e Esther Neuhaus

**Supervisão:**

Marcelo Cardoso

**Equipe Técnica do Projeto:*****Núcleo de São Paulo (SP)***

Rubens Harry Born

Marcelo Cardoso

Danny Rivian

Bárbara Gonçalves

Rafael Poço

Doroty Martos

João Borio

***Núcleo de Nova Iguaçu (RJ)***

Gitanaci Vanderlei Coelho

Hélio Vanderley

***Núcleo de Fortaleza (CE)***

André Goldman

Gabriela Batista

***Núcleo de Brasília (DF)***

Rodrigo Garcez.

Jefferson dos Santos Silva

Rafaela Brito

Esther Neuhaus

**Agradecemos a todos que colaboraram direta ou indiretamente com este trabalho, especialmente a Adriane Goldoni que colaborou em obtenção de informações e textos para a produção deste relatório.**

**Agradecemos também aqueles e aquelas que tiveram a gentileza e a paciência de responder aos questionários que subsidiaram este trabalho.**

## Sumário:

1. Apresentação do PRODUTO II.....	04
2. Breve introdução sobre a AGENDA 21.....	05
3. Metodologia utilizada.....	08
4. Resultados apurados com a aplicação dos questionários.....	17
5. Constatações, percepções e impressões da equipe.....	71
6. Considerações finais.....	71
ANEXO I.....	73
ANEXO II.....	77
ANEXO III.....	78
ANEXO IV.....	78
ANEXO V.....	80

## 1. Apresentação do PRODUTO II

O presente documento é corolário do Edital de Concorrência Pública Nacional (RFP) nº 7103/2009, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, sob a égide do acordo básico e assistência técnica celebrado entre a República Federativa do Brasil e a ONU, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, foi vencedor da concorrência subjacente ao edital para a execução do presente Produto, tendo como fim o Projeto BRA/00/011 – Apoio às Políticas Públicas na Área Ambiental – SubProjeto I – Agenda 21, que resultou na assinatura do contrato em 18.09.2010.

O contrato prevê a elaboração de quatro produtos, a saber: **01)** uma consultoria para a elaboração de propostas que visem a atualização da Agenda 21 Brasileira e a reestruturação e revitalização da CPDS; **02)** documento contendo a sistematização de 100 Experiências Exemplares de Agendas 21 Locais no Brasil, selecionadas a partir de fontes governamentais e não-governamentais; **03)** análise e proposta de atualização de Agenda 21 Brasileira; e **04)** a proposição de um evento nacional sobre o tema da atualização da Agenda 21 Brasileira.

O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz - é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com mais de 20 anos de atuação na área sócio-ambiental, contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões (econômica, cultural, social etc.), associado à conservação ambiental, tendo democracia e justiça social como base conceitual.

Este documento refere-se ao SEGUNDO produto e compreende a sistematização de 100 experiências exemplares de processos de Agenda 21 no Brasil. Os objetivos primordiais do estudo seriam traçar um panorama sobre o estado da arte das manifestações de Agenda 21 Local em todo o país, procurando identificar, dentre as diversas experiências encontradas, aquelas que poderiam ser consideradas como exitosas, seja por conta da excelência e longevidade do processo subjacente, seja por conta dos resultados concretos advindos da mobilização dos atores envolvidos.

Busca-se, portanto, trabalhar em duas dimensões da questão: por um lado, dar visibilidade a estes processos, os quais conseguem destacar-se no cenário nacional, divulgando e reconhecendo suas qualidades; e, por outro, demonstrar para a sociedade um inventário das reais conquistas advindas da implementação da Agenda 21 Local no país na última década.

Resta, entretanto, importante esclarecer, desde já, que as 100 experiências ora sistematizadas não representam “os 100 melhores processos de Agenda 21 Local do país”. Não é esta a proposta do estudo. E, além do mais, provavelmente, qualquer projeto que se propusesse a aferir tal distinção esbarraria em sérias dificuldades conceituais para definir sob quais parâmetros um processo de Agenda 21 Local poder ser considerado “melhor” que outro. Neste sentido, a proposta do presente trabalho é sistematizar experiências exitosas de Agenda 21 Local, de acordo com critérios objetivos abaixo devidamente discriminados, de forma tentar compor um mosaico de manifestações de Agenda 21 Local existentes no país no decorrer da última década que possam ser uma amostra representativa de boas experiências sob diversos pontos de vista.

Não há de se eximir, entretanto, de reconhecer que certamente haverá processos interessantes, mesmo exitosos e referências em suas regiões que por um motivo ou por outro não foram incluídos no presente trabalho, seja porque não figuravam nas fontes de dados (governamentais e não-governamentais) disponíveis para triagem, seja porque os atores envolvidos nas ações da Agenda 21 do município não puderam ser contatados, seja por conta das limitações de tempo, de recursos e de equipe da entidade executora do projeto, dentre outros fatores.

De qualquer forma, é mister ressaltar que, a despeito de diversas dificuldades encontradas no decorrer do desenvolvimento desde estudo, de resto perfeitamente normais em atividades tão multifacetadas e logisticamente complexas como a presente, considera-se que a sistematização ora em epígrafe certamente conseguiu reunir um universo bastante representativo e consistente daquilo que o Brasil tem de melhor para apresentar na seara da Agenda 21 Local. No decorrer do texto, haverá oportunidade para se detalhar mais apropriadamente as temáticas até aqui enunciadas.

Por fim, seria interessante frisar que para a assinatura do contrato e realização do projeto, houve intenso e constante diálogo entre o Vitae Civilis e os representantes do Ministério do Meio Ambiente e do PNUD. Ocorreram diversos encontros em São Paulo e em Brasília, antes e depois da assinatura do contrato, para garantir a boa execução das atividades. Visou-se aprimorar os meios de coleta de informação, os prazos, as condições e a forma de se delimitar as melhores possibilidades para avaliação e obtenção de resultados. Esta interação foi essencial para o aperfeiçoamento constante e progressivo deste PRODUTO II.

## **2. Breve introdução sobre a Agenda 21**

### *2.1 Panorama geral*

Em todo o planeta, a desigualdade na distribuição da riqueza e os diferentes padrões de poder aquisitivo e de consumo provocam intensos desequilíbrios sociais, econômicos e ecológicos, resultado da evolução histórica do sistema macro-econômico predominante na atualidade. Desta conjuntura, sobressai uma série de situações subjacentes: disparidades econômicas entre países e classes sociais, disparidade entre sistemas de produção e padrões de consumo em escala global; disparidade quanto aos recursos naturais; disparidade quanto à suscetibilidade e vulnerabilidade de populações a desastres naturais e mudança climática; disparidade quanto ao acesso à alimentação, trabalho, emprego e renda, dentre outros.

E os problemas tornam-se ainda mais graves com a degradação ecológica, com a crescente destruição da diversidade biológica, desequilíbrios do clima, exaustão dos solos e minérios; representando uma ameaça real e plausível ao futuro da humanidade. Desigualdade, concentração de renda e destruição são o retrato de uma crise planetária sem precedentes. Crise sistêmica, paradigmática, e também crise ética de instituições políticas, de aparatos jurídicos, de relações sociais injustas, e de uma racionalidade em conflito com a teia da vida.

Os debates, pesquisas e conferências desde as últimas décadas do século XX até hoje, sugerem um novo modelo de desenvolvimento civilizatório, fundamentado na inclusão social, na geração de trabalho e renda e no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações futuras. A esse desenvolvimento, que não esgota, mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais; que não inviabiliza a sociedade, mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados; que não é movido apenas por interesses imediatistas, mas sim, baseado no planejamento de sua trajetória; e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo de forma perene, é que damos o nome de desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também denominada Cúpula da Terra ou RIO/92, realizada no Rio de Janeiro, foi um ponto de inflexão no aprimoramento da discussão sobre as temáticas de desenvolvimento sustentável no planeta. Na ocasião, de forma pioneira, os países participantes assumiram o compromisso de internalizar em suas políticas públicas e normativas domésticas, noções, conceitos e diretrizes ligados à sustentabilidade. É neste contexto que se pode identificar a consolidação do arcabouço teórico que hoje denominamos Agenda 21.

Na RIO/92, o apanhado dos debates e articulações políticas resultou em cinco documentos, a saber: dois acordos internacionais (Convênio Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Convênio sobre Biodiversidade), duas declarações de princípios (Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável e Declaração de Princípios relativos às Florestas) e um programa de ação sobre desenvolvimento mundial sustentável (Agenda 21).

A Agenda 21 pode ser considerada, pois, como um roteiro de planejamento para conduzir o crescimento econômico sem abrir mão do desenvolvimento sustentável em uma programação de ação global. Elenca um conjunto de ações e políticas a serem implementadas por todos os países participantes da conferência, com o fim de promover uma nova política de desenvolvimento, sempre pautada na responsabilidade ambiental.

Tendo-se em mente que a sustentabilidade é um conceito que envolve sinergia entre fenômenos naturais e ações humanas, a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. A sua produção foi coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global, e entregue à sociedade em 2002.

O Brasil assumiu o compromisso e o desafio de internalizar, nas políticas públicas do país, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Por meio do Decreto 2972/ 1999, quando foi definida a competência da extinta Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável para propor políticas, normas e estratégias e implementar estudos com o objetivo de melhorar a relação entre o setor produtivo e o meio ambiente.

A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional Brasileira (CPDS) foi criada com a atribuição de coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda 21 brasileira. Os temas centrais foram: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. De tal sorte, buscando promover a equidade intrageracional, atendendo às necessidades básicas das gerações presentes, concomitantemente atendendo às necessidades das gerações futuras.

Tanto a Agenda 21 Global como a Agenda 21 Brasileira dedicaram capítulos especiais à Agenda 21 Local; ou seja, reconheceram a importância do nível local na promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido o Programa Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente tendeu a direcionar o foco de suas ações para a Agenda 21 Local.

## *2.2 A Agenda 21 Local*

Sucedâneo da Agenda 21 Global, a Agenda 21 Local representa o processo de planejamento participativo de determinado território, envolvendo a implantação, nesta circunscrição das diretrizes de Agenda 21, normalmente através da aglutinação de atores sociais em torno de um fórum ou coletivo equivalente. Composto por todos os setores sociais – governo, empresariado e sociedade civil – o fórum teria o papel de ser o instrumento catalisador da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável (PLDS), que estruturaria as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No fórum, também deveriam ser definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações. Assim, os representantes do governo, empresariado e sociedade civil que eventualmente viessem a participar de um fórum da Agenda 21 Local construiriam entre si um pacto e sinergia pela sustentabilidade ambiental, social e econômica, e tornar-se-iam, subseqüentemente, responsáveis pela implementação das ações definidas no fórum.

Agenda 21 Local, pois, revela-se como um processo de planejamento multisetorial, integrado, democrático e participativo, voltado para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases territoriais (municípios, consórcios intermunicipais, bacias e sub-bacias hidrográficas), onde atores sociais dos três setores elaboram e implementam um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável. Este plano, como já referenciado, seria o documento que refletiria os desejos, necessidades e anseios das comunidades locais por meio de ações e projetos que incluam as múltiplas facetas da realidade local.

Outro aspecto relevante da questão é a indicação que a Agenda 21 deva estar assentada nos princípios expressos na Carta da Terra e nas Declarações das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e ser construída a partir de um diagnóstico participativo da localidade, abrangendo, minimamente, as dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e étnicas, em bases conceituais éticas, que servirá de plataforma para a construção de um plano de desenvolvimento sustentável que aponte os meios de implementação e os responsáveis pelas ações. Uma das principais visões que orientam a construção da Agenda 21 Local tem como referência a criação de novos padrões de produção, comercialização e

consumo, que busca o desenvolvimento sustentável dos territórios e o bem-estar das comunidades.

O processo de articulação para a construção de uma Agenda 21 Local é sugerido através de uma metodologia utilizada pelo Programa Agenda 21, do Ministério do Meio Ambiente, o "Passo a Passo da Agenda 21 Local" embasado em 6 passos seqüenciais, quais sejam:

- 1º Passo: Mobilizar para sensibilizar governo e sociedade
- 2º Passo: Criar o Fórum da Agenda 21 Local
- 3º Passo: Elaborar o diagnóstico participativo
- 4º Passo: Elaborar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável
- 5º Passo: Implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável
- 6º Passo: Monitorar e avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

No processo de sistematização das 100 experiências de Agenda 21 Local veiculadas pelo presente documento, procurou-se priorizar aquelas que conseguiram atingir estágios ao 5º Passo e 6º Passo supra discriminados. A seguir será feita explanação mais detalhada acerca da metodologia ora proposta.

### **3. Metodologia utilizada**

A tarefa de identificar 100 experiências exemplares de Agenda 21 Local no Brasil desempenha um papel relevante dentro do escopo de atividades previstas pelo edital que deu origem ao presente estudo. Não obstante, os desafios subjacentes são imensos e várias questões foram suscitadas no desenvolvimento deste produto, como: Quais fontes poderiam ser utilizadas para se definir onde existem manifestações de Agenda 21 Local no país? Qual o critério a ser utilizado para caracterizar o que seria uma experiência de Agenda 21 Local? Considerar as experiências que foram construídas no passado, mas que estão ora desativadas? Quais bases territoriais considerar? Como entrar em contato com os atores responsáveis por tais processos? Como utilizar um mecanismo isento e imparcial de comparação de informações? Estas são algumas das questões que se pretende responder na seqüência:

#### *3.1 Agenda 21 Local: Justificativa da terminologia adotada*

Aqueles que trabalham ou tem familiaridade com as temáticas de Agenda 21 sabem da dificuldade de se obter um consenso sobre a terminologia e tipologia utilizadas. É comum a existência de expressões como Agenda 21 "do município", "de bairro", "na empresa", "na escola", "regional", "de bacia hidrográfica", "estadual", "metropolitana", "do entorno de Unidades de Conservação" dentre outras conceituações menos disseminadas. Dentre esta miríade de possibilidades, num primeiro momento foi necessário determinar um corte espitemológico acerca do conceito adotado.

Após análise criteriosa de documentos que cunharam o conceito e definição da Agenda 21 Local, tal qual a Agenda 21 Global, de trocas de informações e percepções sobre o tema com integrantes do Programa Agenda 21 da Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério do Meio Ambiente, encarregada das temáticas de Agenda 21 naquele órgão, além de tratativas e intercâmbio de

experiências e informações com outros atores sociais com acúmulo no tema, consolidou-se uma posição que foi utilizada no decorrer do presente estudo.

A percepção majoritária foi no sentido de considerar a Agenda 21 Local como um conjunto de ações escalonadas que obtém os melhores resultados na medida em que as sugestões, indicativos, visões e opiniões expressos por um determinado processo são incorporados por políticas públicas inerentes a determinado espaço geográfico. Em outras palavras, maior será a probabilidade de sucesso de implementação de ações de desenvolvimento sustentável relativas a uma determinada população, quanto maior for a recepção das decisões do processo de Agenda 21 Local pelas instâncias governamentais do território objeto das intervenções.

Por isto, concluiu-se que a melhor forma de aferir a evidência de resultados concretos em processos de Agenda 21 Local no Brasil, com uma atenção especial para a incorporação das diretrizes em epígrafe em políticas públicas, seria através **da caracterização de Agenda 21 Local como aquela circunscrita à área geográfica de determinado município do país**. Neste contexto, identificou-se que maiores são as probabilidades e possibilidades de que as problemáticas discutidas e os diagnósticos obtidos no contexto do Fórum de Agenda 21 do Município (ou congêneres) tenham a capacidade de reverberar na tomada de decisões da Administração do município, de forma a gerar resultados práticos, objetivos, tangíveis, os quais seriam passíveis de averiguação pelo estudo em epígrafe.

Ressalte-se que esta foi uma opção metodológica que visava atender às determinações veiculadas pelo edital que originou o presente PRODUTO, ao passo que levava em consideração a necessidade de avaliar de forma isenta e imparcial processos de Agenda 21 Local bastante díspares. E, ainda, explicitava o reconhecimento da equipe sobre suas limitações de recursos, pessoal e, sobretudo, de tempo disponível para a análise: cerca de 5 meses.

Sem embargo, registre-se que tal opção metodológica não implicou desmerecimento ou desconsideração das demais "tipologias" de Agenda 21 (como regional, na escola, na empresa, etc.). Cada uma destas manifestações trabalha uma dimensão diferente da questão e atende a necessidades distintas, todas buscando um objetivo comum de longo prazo, através de caminhos distintos. Além do mais, cada uma destas expressões de Agenda 21 Local tem o condão de oferecer um cardápio de opções variadas para a sociedade, agindo em frentes distintas e mostrando resultados muitas vezes muito sutis ou difusos, os quais dificilmente são passíveis de caracterização em termos de indicadores objetivos. Mas, isto não implica que estas manifestações não sejam válidas ou úteis para os indivíduos que se beneficiam das mesmas. Apenas, reconhecemos as limitações de nossa pesquisa e, como tal, optamos por uma definição que tornasse o trabalho mais materialmente viável e epistemologicamente plausível.

### *3.2 Critérios mais relevantes para a sistematização das 100 experiências*

Considerando-se a delimitação da conceito adotado para efeitos deste estudo, explicitado no item anterior, seria necessário ainda estabelecer que tipo de experiência de Agenda 21 Local, dentre as que atendiam ao critério mencionado, apresentaria características que justificassem sua inclusão neste estudo.

Mais uma vez, após aprofundamento do debate junto a membros da equipe da SAIC do MMA, de interlocução com atores e atorais oriundos da sociedade civil, particularmente com contribuições de membros da REBAL, chegou-se à conclusão que os processos que figurariam na sistematização aqui apresentada seriam aqueles que pudessem apresentar algumas das seguintes características, por ordem de importância:

- 1) Processos que demonstrem resultados práticos (aqueles que conseguiram implementar ações, seja através de ações dos próprios integrantes do fórum, seja através da incorporação de diretrizes, sugestões e demandas do processo de Agenda 21 do município em normativas jurídicas municipais).
- 2) Processos em estágio de implementação de políticas públicas (aqueles cuja mobilização e articulação do fórum redundou em incorporação das diretrizes, sugestões e demandas surgidas em políticas no âmbito municipal)
- 3) Processos longevos (aqueles que conseguiram manter-se em atividade por um longo período de tempo, se perder a mobilização inicial)
- 4) Processos cujo fórum da Agenda 21 Local reúna-se com frequência e com grande número de integrantes de vários setores (aqueles cuja vitalidade do fórum é um dos pontos fortes da experiência em questão)
- 5) Paridade regional exigida pelo edital<sup>1</sup> (critério que implica a obrigatoriedade de escolher as 100 experiências de Agenda 21 Local em todas as regiões do país, em um máximo possível de unidades da federação, sem concentrar demasiadamente os casos em um ou outro Estado, ressalvada a diversidade demográfica e quantidade de municípios UF).

### *3.3 Identificação e escolha das fontes disponíveis*

Uma vez definida a conceituação de Agenda 21 Local utilizada (ou seja, aquela que se propõe a atuar na base territorial de determinado município brasileiro), um passo posterior foi identificar quais fontes, sejam governamentais ou não-governamentais, estariam disponíveis para que se consolidasse um conjunto, ou "universo", de municípios com Agenda 21 Local no país, sobre o qual o trabalho seria realizado.

Num primeiro momento, verificou-se a existência de diversas fontes disponíveis. Algumas bastante abrangentes, mas com poucas informações sobre os processos. E, outras, mais restritas, porém, com maior amplitude de dados disponíveis. Neste estágio era importante avaliar que tipo de critério seria adotado para a seleção das fontes. Em processo semelhante ao descrito no item 3.1, através de ampla discussão e aprofundamento de conteúdos por parte de membros da equipe, do Ministério do Meio Ambiente, e de atores diversos da sociedade civil, muitos destes ligados à REBAL (Rede Brasileira de Agendas 21 Locais), chegou-se a um consenso de aplicar-se dois critérios primordiais, dentre outros subsidiários, a saber:

- 1) *privilegiar-se as bases de dados com informações mais atualizadas*
- 2) *privilegiar-se bases de dados as quais pudessem fornecer maior amplitude de processos cadastrados.*

---

<sup>1</sup> Implica a necessidade manter uma certa correlação entre os processos selecionados e a divisão espacial de municípios e habitantes no território nacional.

Desta forma, três fontes de dados sobressaíram-se sobre as demais, a seguir será feita uma breve explicação sobre as mesmas.

### *3.3.1 Pesquisa MUNIC 2009*

Realizada periodicamente pelo IBGE, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (ou MUNIC) coletou no ano de 2009 questionários respondidos por 5565 prefeituras em todo o país<sup>2</sup>. Além de Administração, Habitação, Esporte, Cultura, Segurança, Transporte, Meio Ambiente, foram investigados, pela primeira vez, três novos temas: Direitos Humanos, Saúde e Políticas de Gênero dos municípios brasileiros.

Em se tratando de uma pesquisa censitária implementada em todo o território nacional, e considerando-se tratar-se de dados oficiais, esta foi a fonte prioritária escolhida para tomar-se como “ponto de partida” para a seleção das 100 experiências exigidas pelo edital. A vantagem evidente de se utilizar um banco de dados como a MUNIC é a amplitude de municípios abordados. Sem dúvida, é a fonte mais ampla disponível na atualidade sobre experiências de Agenda 21 Local em municípios do país.

As informações sobre Agenda 21 Local contidas na MUNIC 2009, entretanto, tem limitações normais relativas a este tipo de mapeamento censitário. Encontram-se inseridas dentro do apartado reservado ao tema “meio ambiente”, no bloco 18 do questionário da pesquisa (ver ANEXO I do presente documento). Assim, em apenas 03 perguntas, indaga-se:

- 1) Se o município iniciou o processo de elaboração da Agenda 21 local?
- 2) Em que estágio encontra-se o processo?
  - a. sensibilização/mobilização;
  - b. definição de diagnóstico e metodologia;
  - c. elaboração do PLDS<sup>3</sup>;
  - d. implementação de ações da AG21 em políticas públicas
- 3) Caso o município tenha constituído o Fórum da Agenda 21 Local, com que frequência o mesmo reúne-se?<sup>4</sup>

Contextualizando-se os dados disponíveis na MUNIC 2009, nos termos acima expostos, percebe-se que a pesquisa trabalhou todo o universo de municípios brasileiros, sem embargo, apresentando uma quantidade limitada de informações sobre os processos de Agenda 21 Local nos mesmo. Não obstante, tem-se um levantamento bastante amplo sobre as possíveis manifestações de Agenda 21 Local no país. Além do mais, os critérios de caracterização da Agenda 21 Local utilizados pelo IBGE nesta pesquisa vão ao encontro da terminologia adotada para o presente estudo, o que facilita razoavelmente a tabulação dos dados.

Neste cenário, temos um apanhado de **1105 processos de Agenda 21 Local relacionados pela MUNIC 2009**, distribuídos em todas as macrorregiões geográficas do país, em todos os Estados da Federação (com exceção do Distrito Federal, o qual, não é caracterizado como município).

<sup>2</sup> [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1612&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1612&id_pagina=1)

<sup>3</sup> Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

<sup>4</sup> Ver ANEXO XXXX no final deste documento.

Por último, porém não menos relevante, é o fato de a pesquisa ter sido realizada no ano de 2009, o que fornece um panorama relativamente atualizado das informações, considerando-se as proporções do território nacional e a dificuldade de obter dados “oficiais” sobre esta temática.

### *3.3.2 Pesquisa Nacional da Agenda 21 Local (2009)*

Realizada pelo Ministério do Meio Ambiente no segundo semestre de 2009, a pesquisa utilizava instrumentos e metodologia bastante diferentes daqueles utilizados pelo IBGE, o que é perfeitamente compreensível, dada a diferente natureza de ambos os órgãos.

Neste sentido, a equipe da SAIC<sup>5</sup> do MMA elaborou em conjunto e colaboração com a CPDS<sup>6</sup> um questionário no estilo *survey*, o qual seria divulgado em diversas mídias e meios de comunicação, estimulando os atores sociais participantes de processos de Agenda 21 Local distribuídos pelo país a responderem voluntariamente às perguntas elencadas com base nas informações atinentes ao processo que participassem.

Os resultados da pesquisa contabilizaram 177 questionários<sup>7</sup> respondidos e enviados por email ou fax para o Ministério do Meio Ambiente, dentre experiências de Agenda 21 de bairro, na escola, na empresa, regional e municipal.

Dentro do universo de casos que participaram da pesquisa, **143 eram as denominadas “agendas municipais”**. Estas, precisamente, representam uma segunda fonte prioritária de processos em análise para o presente estudo.

A maior profundidade e especificidade dos dados coletados pela Pesquisa Nacional do MMA<sup>8</sup> é um contraponto interessante para a alta capilaridade de processos mapeados no território nacional pela pesquisa do IBGE, e constitui uma importante referência para o estudo em tela.

### *3.3.3 Fontes Complementares*

Com o intuito de buscar complementar as informações contidas das duas fontes primárias supracitadas, a equipe que desenvolveu o presente trabalho buscou ter flexibilidade para incorporar à listagem de processos objeto de análise outras fontes de interesse, como relações de processos catalogados pelo Ministério do Meio Ambiente, listagens de municípios receptores de financiamento pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, lista de processos de Agenda 21 Local relacionados na página de internet da REBAL<sup>9</sup>, e, ainda, indicações de pessoas e organizações com inequívoco conhecimento sobre o tema que pudessem avaliar a relação final dos processos reunidos pela e indicar

---

<sup>5</sup> Secretária de Articulação Institucional e. Cidadania Ambiental.

<sup>6</sup> Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira.

<sup>7</sup> PESQUISA NACIONAL DA AGENDA 21 LOCAL, Brasília – Novembro de 2009.

<sup>8</sup> Ministério do Meio Ambiente

<sup>9</sup> Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

experiências de Agenda 21 local as quais eventualmente não estivessem contidas em nenhuma das listagens supramencionadas.

### *3.4 Compilação dos dados existentes*

Trabalhando-se com duas bases de dados prioritárias tão díspares como a MUNIC 2009 e a Pesquisa Nacional da Agenda 21 Local de 2009, além de subsidiariamente utilizarmos fontes da sociedade civil, num primeiro momento foi necessário consolidar um "universo" inicial de dados com os quais operar.

Optou-se, portanto, por um processo de tratamento de dados que pudesse identificar interseções nos conjuntos objeto de estudo com o fito de eliminar repetições. Desta forma, cruzando-se os dados da MUNIC 2009 com os dados da Pesquisa Nacional, identificou-se um universo total de **1130** processos, divididos da seguinte forma:

1) 1105 processos constavam da listagem da MUNIC 2009 (ainda que muitos repetidos em outras listas, como na relação da Pesquisa Nacional do MMA de 2009, da listagem da REBAL, entre outras).

2) 20 processos figuravam exclusivamente na listagem do sítio de internet da REBAL<sup>10</sup>. Destes 75% localizados no Estado do Rio de Janeiro, a quase totalidade representando experiências novas, ainda em processo inicial de mobilização/sensibilização, motivo pelo qual, deduz-se, não foram identificadas pelo "radar" da MUNIC 2009.

3) E, por fim, completando o universo total de experiências, 05 identificadas através de outras fontes.

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros, de material humano e, especialmente, de tempo, era claro que não haveria possibilidade prática de travar contato com todos os 1130 processos supra referenciados. Desta feita, tornou-se necessário consolidar uma fórmula que viabilizasse a triagem destas experiências de forma a reduzir o número abordagens da equipe para uma figura mais razoável.

### *3.5 Filtros aplicados*

Por conta da pequena quantidade de variáveis disponíveis para depuração das experiências consolidadas no chamado "universo total" de 1130 casos, particularmente mencionadas no item 3.2.1 acima, procedeu-se a aplicação de critérios de seleção que atendessem as expectativas veiculadas pelo edital. A depuração das experiências de Agenda 21 Local ocorreu de acordo com os seguintes estágios:

#### *3.5.1 Primeira Triagem*

Nesta primeira etapa, foram mantidos apenas os processos em estágio de evolução superior a mobilização/sensibilização, posto que estes não atenderiam aos objetivos previamente estabelecidos de demonstrar repercussões concretas e verificáveis do impacto das atividades do processo de Agenda 21 Local em determinado município em que o mesmo estivesse circunscrito. Este filtro diminuiu para **616** casos o

---

<sup>10</sup> <http://rebal21.ning.com/>

“universo parcial” de casos alvo do presente estudo. Os 616 casos selecionados dividiam-se, então, em três categorias distintas, a saber:

- 1) 271 experiências em fase de implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas;
- 2) 217 experiências em fase de elaboração do PLDS
- 3) 128 experiências em fase de definição de diagnóstico e metodologia

### *3.5.2 Segunda Triagem*

Neste segundo momento, optou-se reduzir-se o número de 616 casos para algo próximo a **200** casos, sendo este um número que a equipe julgou mais factível de se trabalhar considerando as limitações materiais e cronológicas precitadas.

Isto posto, observou-se ainda a necessidade de priorizar os casos da primeira categoria, posto que estes seriam aqueles que *a priori* seriam o ponto focal do estudo em epígrafe. Logo, decidiu-se que dos cerca de 200 casos então denominados “pré-finalistas”, cerca de **150** deveriam ser oriundos da primeira categoria (271 experiências) e **50** seriam originários da segunda e terceira categorias (217 + 128 experiências).

Esta fórmula possibilitou privilegiar os processos com maior potencial de demonstrar ingerência em políticas públicas municipais, sem, no entanto evitar a inclusão de processos incluídos nas outras categorias os quais por sua longevidade ou vitalidade (frequência) de reuniões do Fórum pudessem mostrar-se como relevantes no cenário nacional.

Com esta segunda etapa de seleção diminuiu-se o número de casos analisados para cerca de **220** experiências.

### *3.5.3 Terceira Triagem*

Uma vez identificados os **222** casos “pré-finalistas” passíveis de avaliação, a equipe do projeto passou a entrar em contato com as experiências em questão a fim de validar e confirmar a apuração dos dados e, ato contínuo, efetuar a aplicação de um questionário elaborado com vistas a traçar um perfil apurado destas experiências na atualidade.

## *3.6 Contatos com os processos de Agenda 21 Local nos municípios*

Identificados os processos “pré-finalistas” a equipe do projeto dividiu o perfil territorial do país de acordo com suas quatro bases operacionais, a saber:

- 1) São Paulo, SP = Vitae Civilis, responsável pelos contatos e visitas aos Estados de Minas Gerais, São Paulo, e Região Sul.
- 2) Fortaleza, CE = Alternativa Terrazul, responsável por todos os Estados do Nordeste com exceção da Bahia.
- 3) Nova Iguaçu, RJ = Onda Verde, responsável pelos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo

- 4) Brasília, DF = Brito e Sukiennik Advogados Associados, responsável pelos Estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Bahia.

### *3.7 Dificuldades encontradas (e superadas)*

Neste ponto, é importante fazer relato sintético que possibilite detalhar as dificuldades encontradas no decorrer dos contatos com os processos de Agenda 21 Local, particularmente no que tange às inconsistências encontradas pelo banco de dados do IBGE (MUNIC 2009), e no que tange à relativa dificuldade de identificar-se telefones e emails de contato válidos e atuais dos integrantes dos processos de Agenda 21 Local.

Logo, num primeiro momento, em que foi feita a divisão dos 222 casos “pré-finalistas” supramencionados dentre as 04 bases operacionais descritas pelo item anterior, iniciou-se o processo de interlocução e visitas aos processos mais próximos das bases operacionais.

Já nos primeiros contatos, foi possível constatar o descompasso entre as informações fornecidas pela MUNIC 2009 sobre os processos de Agenda 21 nos municípios e a realidade dos fatos encontrada nas tratativas levadas a cabo. Em muitas ocasiões que a MUNIC 2009 citava que determinado município possuía processo de Agenda 21 Local em estágio avançado de evolução, constatou-se que o alegado simplesmente não correspondia à realidade. Em cerca de 60% dos casos catalogados nas 222 experiências “pré-finalistas”, ou não havia qualquer processo de Agenda 21 Local na circunscrição em questão, ou quando havia o processo estava em um estágio de evolução bem inferior ao informado. Não cabe aqui questionar a metodologia adotada pelo IBGE para extrair os dados ora mencionados, mas é importante relatar os fatos de forma clara e objetiva. E, neste aspecto, esclarecer o porquê de em tal momento, a equipe ter praticamente perdido a confiança nos dados oriundos desta fonte, tendo, pois, que utilizar-se de formas alternativas de mapeamento e identificação dos processos.

Uma vez identificada a dificuldade relatada, a equipe de trabalhos realizou algumas reuniões no sentido de identificar qual a melhor forma de suprir a falta de consistência nos dados provenientes da MUNIC, posto que a Pesquisa Espontânea do MMA de 2009, a despeito de ser muito mais confiável quanto à solidez das informações fornecidas, era uma fonte de natureza qualitativa e, como tal, carecia de grande amplitude de processos listados.

Em tais circunstâncias, a equipe optou por tomar a listagem de 222 experiências “pré-finalistas” como “base inicial” de trabalhos, e passou a conferir uma por uma das experiências (via telefone ou email) para identificar a existência ou não dos processos de Agenda 21 Local ali listados. Como mencionado anteriormente, cerca de 60% dos mesmos eram inexistentes ou o estágio de evolução do processo era bem inferior ao relatado pela pesquisa. Considerando este quadro, não houve outra opção, senão tentar mapear a existência dos processos nos Estados através de pessoas cujo histórico profissional ou de militância os credenciasse para aportar informações confiáveis sobre o estado da arte das experiências de Agenda 21 Local país afora.

Desta forma, o apoio e colaboração com a equipe da SAIC/Programa Agenda 21 do MMA foi fundamental. Ainda, o auxílio de companheiros da sociedade civil, especialmente dos elos regionais da REBAL pelo país, possibilitaram à equipe do projeto galvanizar um quadro de composição de processos que pudesse, senão substituir uma pesquisa com escopo e alcance tão amplos como os da MUNIC, ao menos superar as adversidades mencionadas de forma a delimitar um conjunto de processos que permitisse não apenas atender aos ditames do edital, como efetivamente chegar a uma quantidade bastante razoável e expressiva de experiências de Agenda 21 Local exitosas país afora.

### *3.8 Contatos e viagens aos municípios*

A equipe de trabalhos conseguiu localizar e contatar em torno de 90% das experiências de Agenda 21 Local que foram identificadas como passíveis de participar do estudo em questão, seja por conta da longevidade do processo, seja por conta da participação e repercussão social gerados, seja por conta – sobretudo – dos resultados concretos alcançados, ou por conta do critério de paridade regional exigido pelo edital. Alguns dos processos identificados como objeto do estudo não foi possível estabelecer uma conexão válida, notadamente porque os atores sociais e governamentais envolvidos com a iniciativa moravam em municípios do interior do país com pouca infraestrutura de telecomunicações, dificultando, assim a obtenção de dados válidos quanto a emails, telefones fixos e/ou celulares, posto que os mesmos – em regra – possuíam pouca articulação com outros processos, o que praticamente impossibilitava a comunicação em alguns casos.

Cerca de 85% dos processos que efetivamente chegaram ser contatados, responderam o questionário elaborado pela equipe para análise e comparação dos casos, fato que pode ser encarado como verdadeiro sucesso, visto que apenas um número reduzido de processos contatados pela equipe não retornou os questionários preenchidos. Insta ressaltar, também, que a esmagadora maioria dos processos receberam os pesquisadores de campo da equipe de trabalhos com paciência, boa vontade, e espírito cooperativo. Dentre estes casos em que o contato mostrou-se infrutífero, apenas 2 casos se recusaram a responder, alegando não ter nada para “mostrar”. O restante dos processos que não responderam o questionário, simplesmente não o retornaram preenchido em tempo hábil por email.

As tratativas foram realizadas no decorrer dos meses de Setembro a início de Dezembro de 2010. Foram feitas visitas *in locu* em 16 Estados, mais o Distrito Federal, por membros da equipe e colaboradores próximos. Foram aplicados questionários em **138** processos de Agenda 21 Local, seja através de entrevista *in locu*, seja através da devolutiva dos mesmos preenchidos via email.

Em síntese, avalia-se que as 138 experiências ora relacionadas tem a capacidade de refletir de forma razoavelmente segura um retrato do estado da arte dos resultados obtidos pelos processos de Agenda 21 Local no Brasil no decorrer da última década. Importa reforçar a concepção de “resultados”, visto que muitos processos mesmo estando paralisados, ou dormentes (para utilizar uma terminologia mais comum no meio) no momento ou há alguns anos, conseguiram demonstrar aplicações concretas de ações oriundas do processo de Agenda 21 Local do município, motivo pelo qual foram relacionadas no estudo ora apresentado.

## **4. Resultados apurados com a aplicação dos questionários**

### *4.1 Tipo de questionário (survey)*

Após ampla discussão entre membros da equipe de trabalhos com membros da SAIC/MMA sobre o instrumento de análise objetivo de comparação e seleção das experiências de Agenda 21 Locais a serem sistematizadas pelo presente estudo, concluiu-se que a opção mais viável para atingir os objetivos almejados seria a utilização de um questionário de pesquisa do estilo *survey*, o qual consiste na obtenção de informações por meio de um conjunto de perguntas com subsequente descrição dos dados consolidados por meios das técnicas da estatística descritiva. É um tipo de pesquisa adequada para estudos exploratórios de intervenções ou fenômenos não muito conhecidos. Este tipo de pesquisa engloba duas formas de coleta dos dados: o questionário e a entrevista. Neste trabalho, os questionários elaborados foram respondidos na presença de pesquisador *in loco* (através de entrevista) e a distância (por *email*).

### *4.2 Período de coleta de dados*

O questionários foram respondidos entre o dia 20 de Setembro de 2010 até 20 de Janeiro de 2010.

### *4.3 Instrumento utilizado*

O questionário aplicado às experiências selecionadas foi elaborado pela equipe Vitae Civilis em parceria com membros do Programa Agenda 21 da Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério do Meio Ambiente, contendo um total de 48 questões divididas em 09 (nove) blocos, a saber:

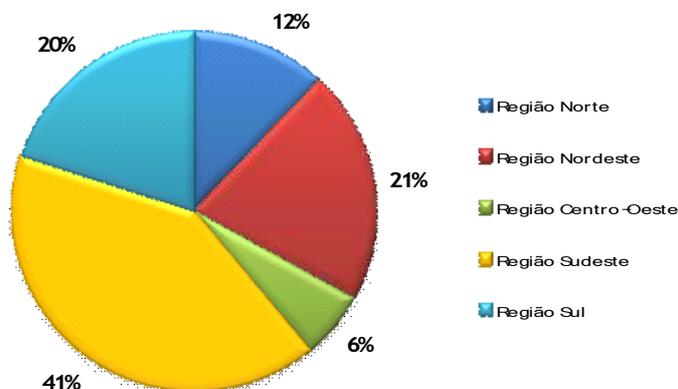
- BLOCO 1 – CRIAÇÃO DO PROCESSO DE AGENDA 21 LOCAL
- BLOCO 2 – FÓRUM DA AGENDA 21 DO MUNICÍPIO
- BLOCO 3 – SOBRE O PROCESSO DE AGENDA 21 DO MUNICÍPIO
- BLOCO 4 – SOBRE A CPDS E A AGENDA 21 NACIONAL
- BLOCO 5 – RESULTADOS DO PROCESSO DA AGENDA 21
- BLOCO 6 – AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AGENDA 21
- BLOCO 7 – CONTINUIDADE DO PROCESSO DE AGENDA 21
- BLOCO 8 – OUTROS PROCESSOS DE AGENDA 21
- BLOCO 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### *4.4 Análise dos Resultados*

Dos 138 questionários respondidos que chegaram ao conhecimento da equipe de trabalho, a ponto de poderem ser tabulados e tratados em termos estatísticos, foram aplicados filtros diversos, nos termos dos critérios previstos pelo 3.2 e adjacentes acima. Neste sentido, foram escolhidas 100 experiências finalistas, nos termos exigidos pelo edital. Destes 100 questionários que representam a sistematização das 100

experiências, será mostrado a seguir, as conclusões e consolidações de dados mais relevantes nos marcos da pesquisa:

### Questionários por região



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

Conforme a distribuição dos questionários segundo região brasileira apresentada, **12%** dos questionários foram respondidos por municípios da região norte, **21%** por municípios da nordeste, apenas **06%** por municípios da centro-oeste, a maioria por municípios da sudeste, **41%**, e **20%** da região sul.

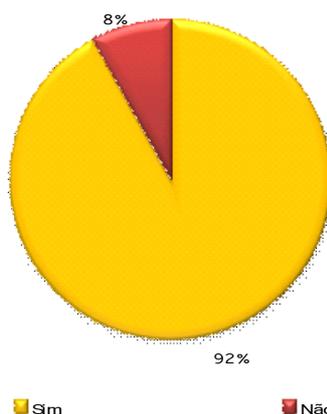
Esse percentual reflete a diferença de cada região no que diz respeito a sua extensão territorial, à quantidade de municípios existentes, correlação entre número de habitantes e população total do país, além demonstrar em quais regiões existem mais processos de Agenda 21 de base municipal no Brasil.

## BLOCO 1 – CRIAÇÃO DO PROCESSO DE AGENDA 21

Existência de Agenda 21

**01)** Existe algum processo de AGENDA 21 Local em seu município atualmente? (apenas considere AGENDA 21 do MUNICÍPIO, e não apenas AGENDA 21 na escola, na empresa, de bairro, etc.)

**Existência de Processo de AGENDA 21 Local**



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

Foi questionado a respeito da existência de algum processo de AGENDA 21 Local no município atualmente.

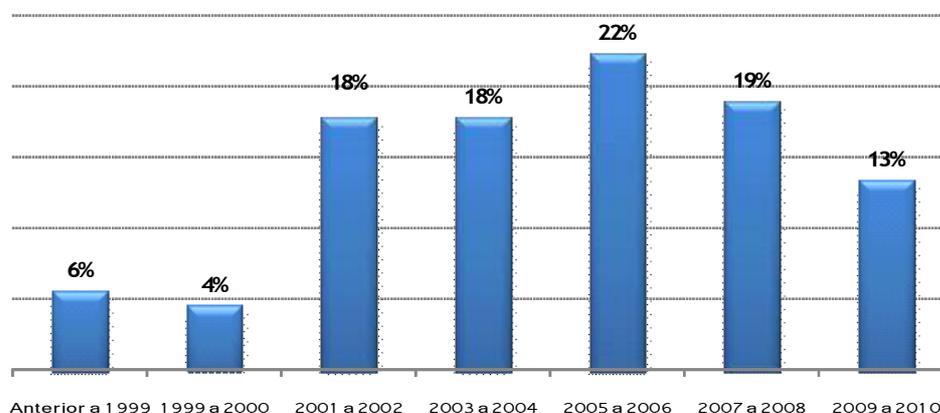
Dentre os processos sistematizados, 92% (92 municípios) responderam que existe algum processo de AGENDA 21 local nos municípios no momento da pesquisa e em 8% (8 municípios) a resposta foi que não existe processo AGENDA 21 local na área em questão. Não obstante, dos 8 municípios em que não existe processo de AGENDA 21, 8 deles responderam que já tiveram em algum momento processo de agenda 21 no passado, a seguir: **AÇU-RN; BLUMENAU-SC; BOMBINHAS-SC; RIBEIRÃO PIRES-SP; BOA VISTA DO RAMOS-AM; TRAIRÃO-PA; JUIZ DE FORA-MG; VILA PAVÃO-ES**

### Início do processo

Dentro do grupo de 100 experiências sistematizadas, entre 2005-2006 houve um aumento de novas AGENDAS 21.

54 % das agendas 21 tem menos de 5 anos de existência (22% tiveram início entre 2005 e 2006; 19% entre 2007 e 2008 e 13% entre 2009 e 2010)

### Período de início dos processos de AGENDA 21

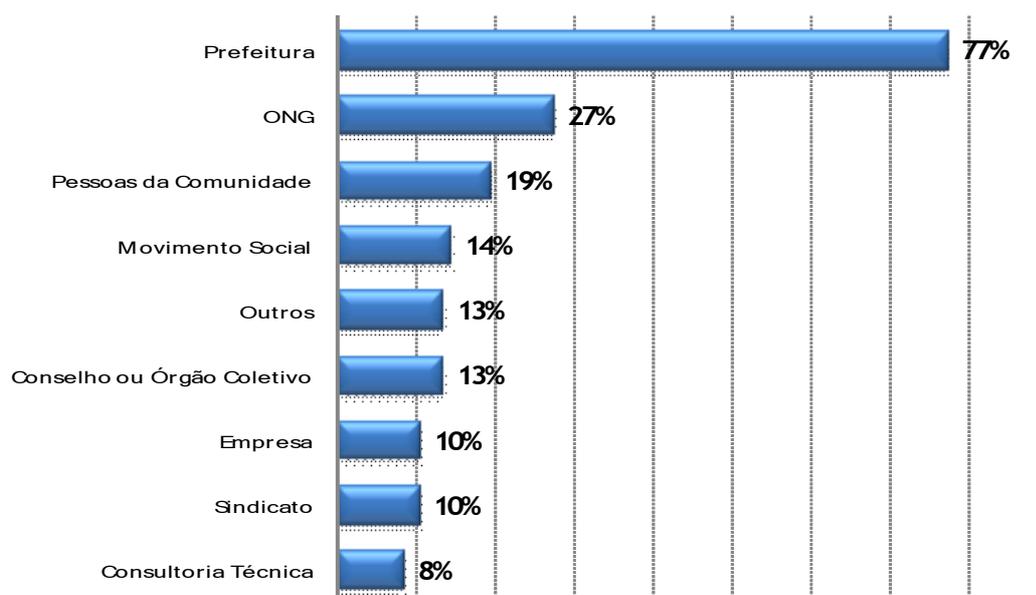


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

## Composição, funcionamento

### 02) Quem tomou a iniciativa de iniciar a construção da AGENDA 21 no município? (é possível marcar mais de um item).

No que tange ao processo de início da Agenda 21 do município, infere-se claramente que a em cerca de  $\frac{3}{4}$  dos casos (77%), a prefeitura foi a instituição que tomou a iniciativa do processo. Este é um dado que contrasta o senso comum, que muitas vezes correlaciona o início dos processos a impulso de ações da sociedade civil.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

Por se tratar de uma questão de múltipla escolha, nota-se que os questionários aplicados poderiam veicular mais de uma resposta no que se refere a iniciativa da construção da AGENDA 21, como referenciado acima.

## BLOCO 2 – FÓRUM DA AGENDA 21 DO MUNICÍPIO

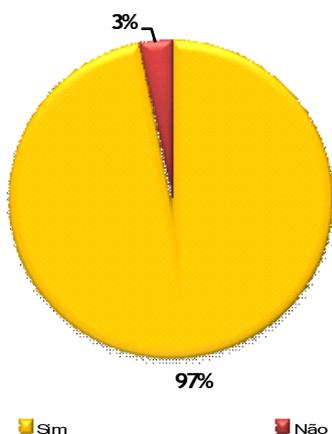
### 03) Foi constituído um FÓRUM responsável pelas deliberações sobre o processo da AGENDA 21 no município (ainda que com outro nome, como comissão, conselho, comitê, assembléia, etc.)?

Foi Constituído FÓRUM	Qtd	%
Sim	97	97%
Não	3	3%
Total	100	100%

Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

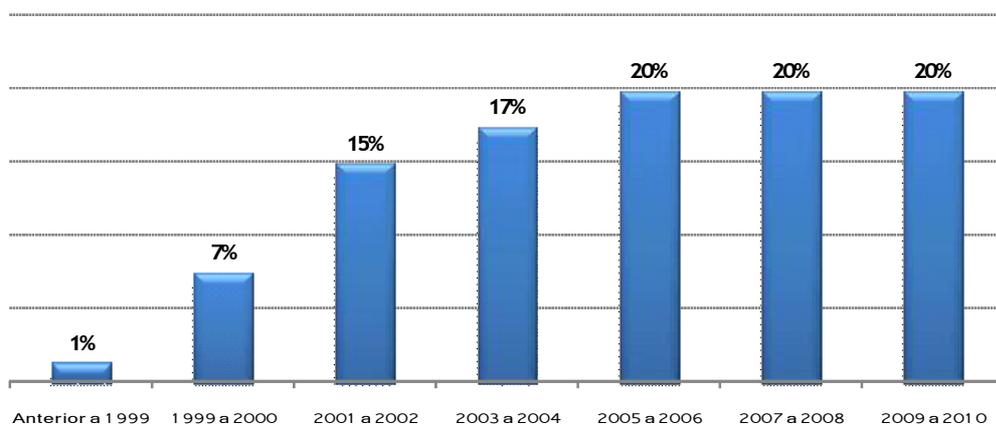
Para iniciar um processo de Agenda 21 é necessário garantir a representatividade dos três setores da sociedade, nomeadamente poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Para isto, faz-se necessário a formalização de um grupo, associação ou coletivo de pessoas que no processo de Agenda 21 é denominado como fórum.

### Constituição de FÓRUM



Em relação a constituição de FÓRUM, 97% responderam que foi constituído um FÓRUM que ficaria responsável pelas deliberações sobre o processo da AGENDA 21 e em 3% o fórum não foi constituído (porém o processo utilizou-se de outro órgão e/ou coletivo no lugar daquele).

### Período de criação do FÓRUM



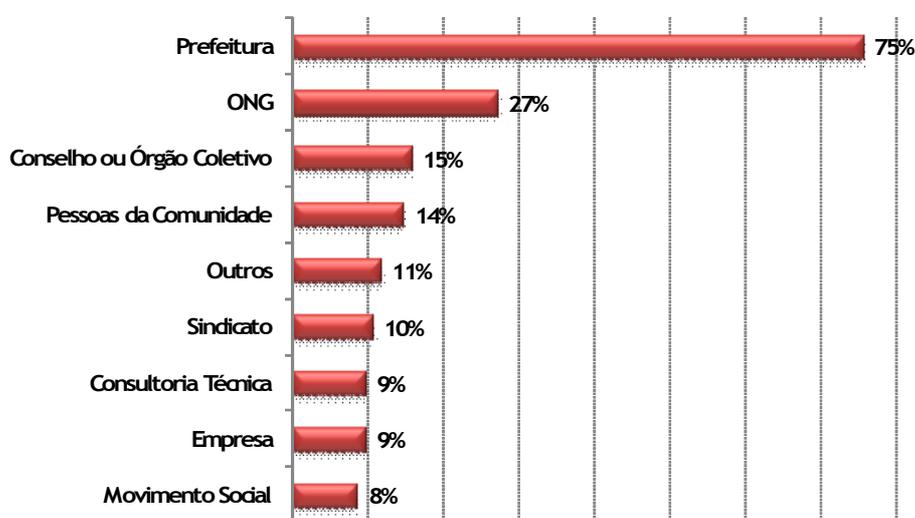
Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

Considerando a data de criação do FÓRUM, dentre os municípios com fórum constituído, 60% foram criados após 2005.

**04) Na etapa de constituição do FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.), quem efetivamente coordenou o processo? (Pode ser marcada mais de uma opção).**

Na etapa de constituição do fórum dentre as opções apresentadas, a de maior representatividade na coordenação do processo também foi a prefeitura por meio de seu corpo técnico, com 75%, seguido de representantes de ONG, 27%.

**Iniciativa na constituição do fórum**

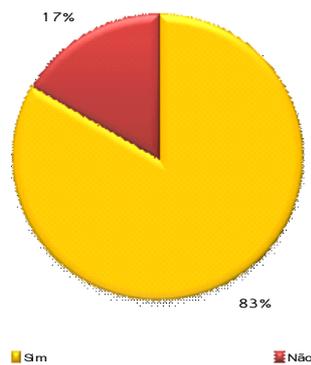


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

**05) O FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.) tem se reunido ultimamente?**

Dos 100 municípios entrevistados, 92 deles possuíam processo de Agenda 21 em atividade no momento da pesquisa conforme apresentado no gráfico da questão 01. Dentre estes, 89 possuíam fórum ativo no momento da pesquisa, e em apenas 03 o fórum encontrava-se desativado.

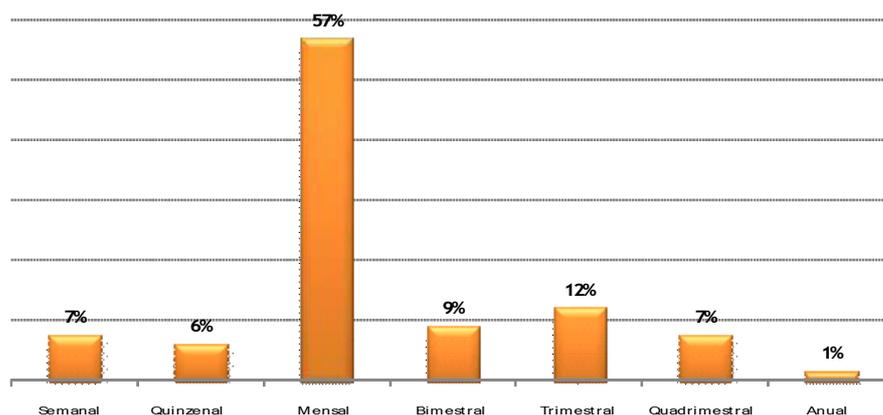
Foi questionado sobre a realização de eventuais reuniões no decorrer do último ano. Considerando-se apenas os processos que responderam ter fórum em atividade, 83% dos mesmo tiveram reuniões no decorrer do último ano (12 meses anteriores ao momento da pesquisa) e 17% citaram não ter tido tais reuniões no período em questão.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

### Periodicidade das reuniões dos fóruns

Conforme apresentado no gráfico a seguir, percebe-se que 57% dos fóruns ativos mantém reuniões mensais. Apenas 7 % tem reuniões semanais e 6% a cada 15 dias.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

Dos municípios em que o fórum não tem se reunido ultimamente:

**7%** responderam que o FÓRUM julgou que atingiu seus objetivos, de modo a não ser mais necessário reunir-se;

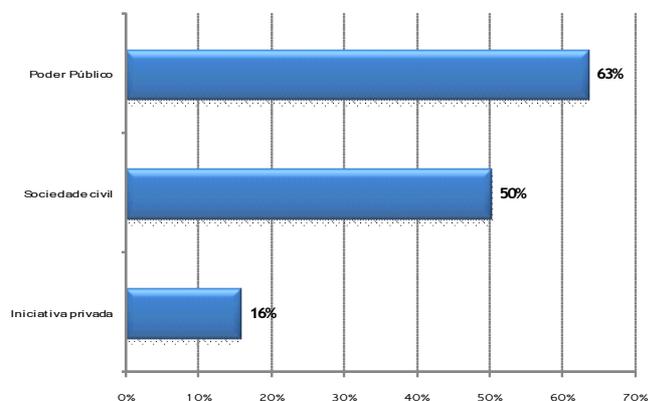
**29%** disseram que o motivo pelo qual o FÓRUM está parado/desativado é porque o FÓRUM "migrou" para outra instância:

**36%** alegam que o motivo da paralisação/desativação é porque a pessoa e/ou entidade que coordenava o FÓRUM deixou/desistiu de fazê-lo;

**50%** alegaram ter outros motivos.

**06) Atualmente, quem coordena o FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.)? (Pode ser marcada mais de uma opção).**

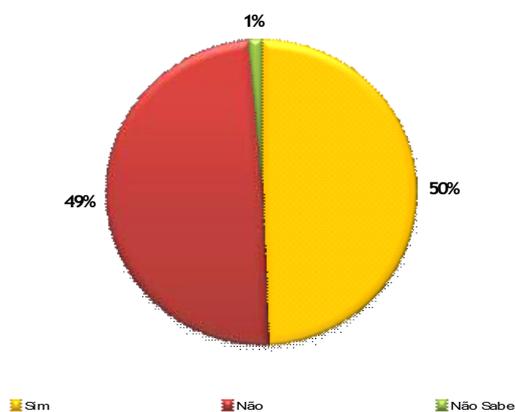
Outra questão de múltipla escolha levou em consideração a coordenação do Fórum. Os municípios em sua maioria responderam que os fóruns são coordenados pelo Poder Público (63%), seguidos por coordenação pela Sociedade Civil e Iniciativa privada com, 50% e 16% respectivamente.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

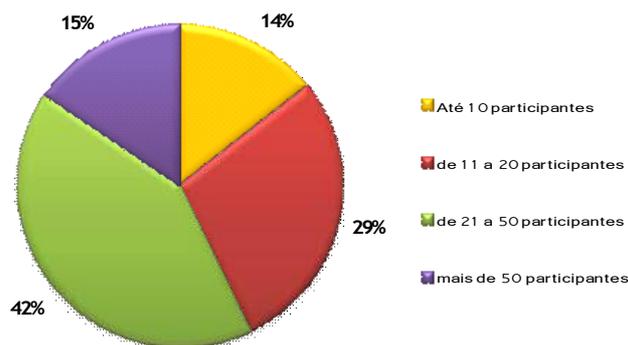
**07) A pessoa, e/ou entidade, que coordena o FÓRUM atualmente (ou comitê, assembléia, etc.) é a mesma desde sua criação?**

Uma consideração importante refere-se a continuidade da coordenação do fórum. Dentre os municípios que tiveram fórum constituído, 49% deles continuam com a mesma pessoa e/ou entidade coordenado.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

**08) Atualmente, em média, cerca de quantas pessoas participam do FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.)?**

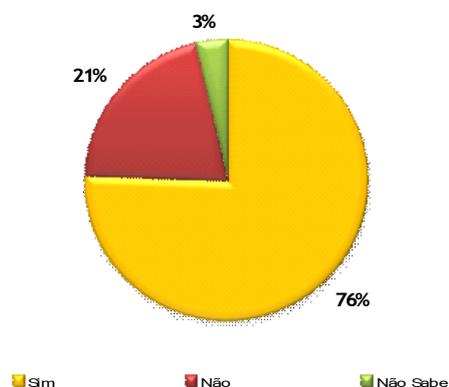


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

Levando em consideração a quantidade de participantes do fórum 14 % dos fóruns tem em média até 10 participantes, 29% entre 11 e 20 participantes, 42% entre 21 e 50 participantes e 15% acima de 50 participantes

**09) Existe estatuto ou regimento interno que regule o funcionamento do FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.) atualmente ativo?**

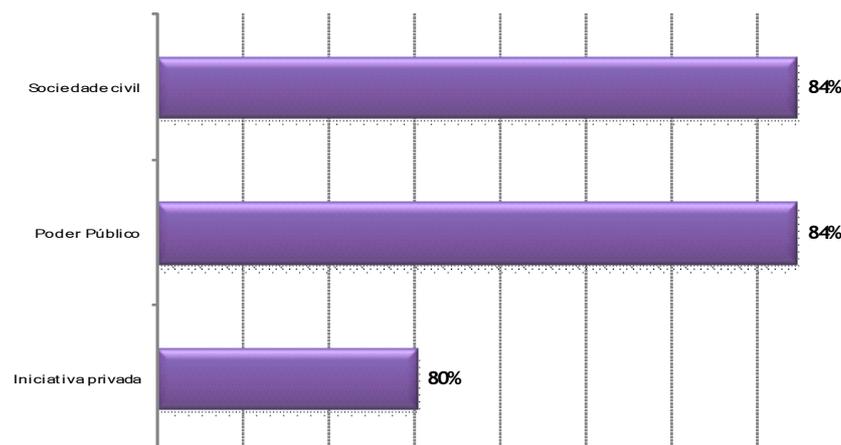
Considerando a questão documental, 76% dos fóruns possuem estatuto ou regimento interno que regule o seu funcionamento, 21 % não possuem nenhum dos dois e 3% alegaram não saber da existência.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

**10) Atualmente, quais setores da sociedade participam do FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.)? (Pode ser marcada mais de uma opção).**

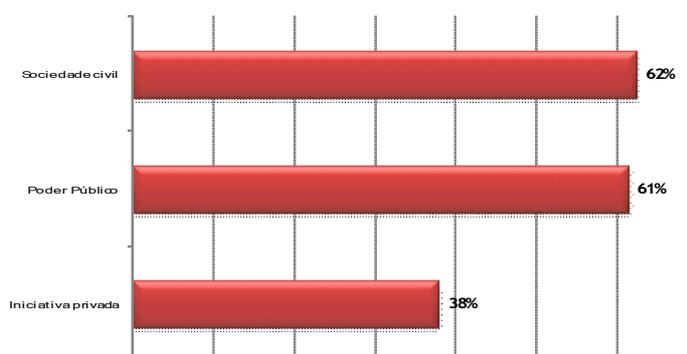
Atualmente, segundo o questionário aplicado, 84% dos fóruns tem participação da Sociedade Civil e o Poder Público no Fóruns e em 80% há participação da iniciativa privada, o que demonstra uma representatividade bastante bem distribuída entre os três setores sociais.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

**11) Destes, quais setores são os que mais contribuem para o funcionamento do FÓRUM (ou congênere, como comitê, assembléia, etc.)? (Pode ser marcada mais de uma opção).**

Levando em consideração os setores da sociedade segundo a sua contribuição para o funcionamento do Fórum, a Sociedade Civil contribui para o funcionamento em 62% dos casos, praticamente empatado com o Poder Público em 61% dos casos, tendo a Iniciativa Privada em 38%. Considere-se que é possível



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

**12) Como tem funcionado o FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.) da AGENDA 21? Através de: (Pode ser marcada mais de uma opção).**

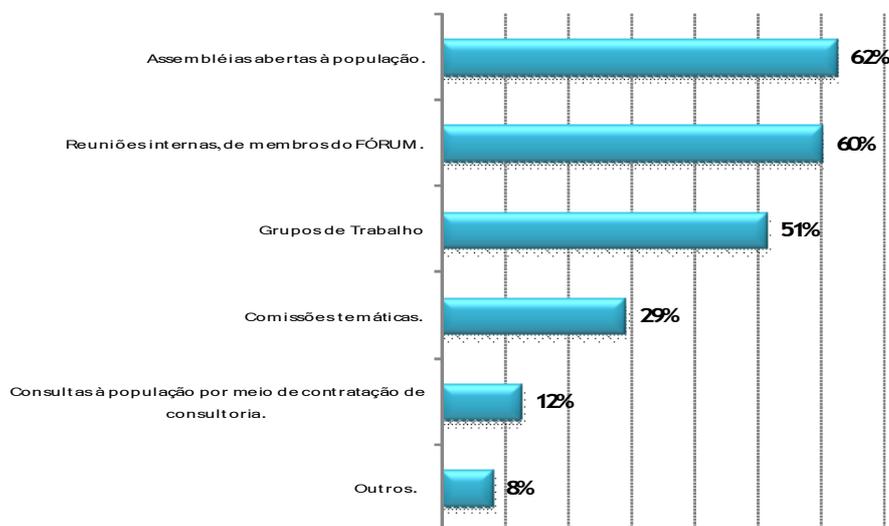
Em relação ao modo como os Fóruns vêm funcionando, 62% dos fóruns disseram que o Fórum tem funcionado por meio de assembléias abertas à população

60% funcionam por meio de reuniões internas de membros

Outro modo que apresentou valor significativo foi o funcionamento do Fórum por meio de Grupos de trabalho (51%).

Em geral, dos municípios que possuem fórum funcionando por meio de assembléias abertas à população 46%, também funcionam por meio de reuniões internas de membros, mostrando uma forte relação entre essas duas variáveis.

O município de Mariana–MG tem o Fórum funcionado em todas as categorias apresentadas (Reuniões internas, assembléias, grupos de trabalho e comissões temáticas).

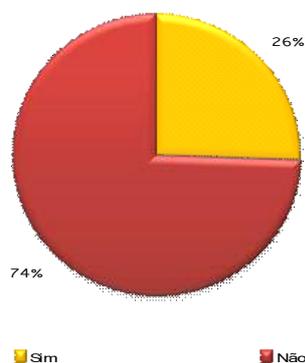


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### 13) O FÓRUM (ou comitê, assembléia, etc.) da AGENDA 21 pretende desmobilizar-se e/ou extinguir-se quando alcançar um determinado objetivo específico?

Em relação à desmobilização e/ou extinção do Fórum, 26% acreditam que o fórum será extinto e/ou desmobilizado após o alcance de um determinado objetivo específico enquanto que 74% dos responderam que mesmo após o alcance dos objetivos, os fóruns terão continuidade.

#### Desmobilização e/ou extinção do Fórum



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

Dentre os municípios que responderam que fórum será extinto e/ou desmobilizado após o alcance de um determinado objetivo específico, apresentaram justificativa conforme a seguir:

1% disseram que uma vez que as diretrizes de AGENDA 21 do FÓRUM sejam efetivamente incorporadas nas políticas públicas do município (seja no Plano Diretor, PPA municipal, Lei Orgânica, etc.) o FÓRUM pretende desmobilizar-se e;

12% responderam que o FÓRUM pretende desmobilizar-se uma vez atingidos objetivos diversos que não foram descritos.

**14) Que temas têm ocupado a pauta do FÓRUM nos últimos 12 meses? (cite até 05 principais).**

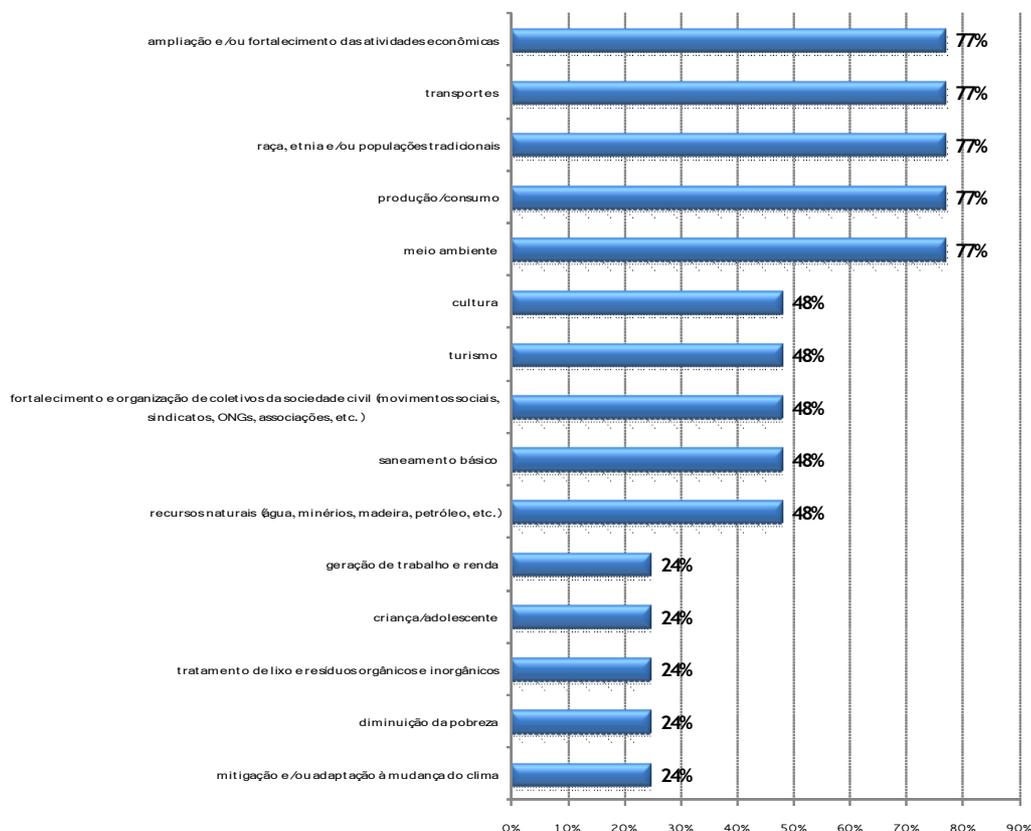
**Temas mais discutido nas reuniões dos fóruns**

Por se tratar de uma questão de múltipla escolha, os temas que tem ocupado pauta nas reuniões dos fóruns apresentaram-se resultados bem diversificados.

Dos fóruns que se reúnem ou se reuniram nestes últimos 12 meses, os temas de maior ocorrência foram em 77% dos municípios:

- ampliação e/ou fortalecimento das atividades econômicas,
- transportes
- raça, etnia e/ou populações tradicionais
- produção/consumo
- meio ambiente

Os demais temas são apresentado abaixo:



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

A seguir são apresentadas outras respostas que foram obtidas por meio de uma questão que possibilitava a inclusão de informações escritas (questão aberta):

MUNICÍPIO	UF	TEMAS
ARAPIRACA	AL	A Necessidade de nomeação dos membros do fórum da Agenda 21 por parte do poder público
BARRA DO CHOÇA	BA	Cumprimento da legislação por parte da Administração Pública
CACHOEIRAS DE MACACU	RJ	AEDI - Associação dos empresários do Distrito Industrial
CARAGUATATUBA	SP	Agricultura Orgânica Familiar, Parque Municipal- APA Mesquita, portadores de deficiência especiais
CUBATÃO	SP	Animais abandonados, extrativismo do marisco – destinação das cascas do marisco – manguezal
IGARASSU	PE	Cinco Principais: Meio Ambiente, Saneamento Básico, Saúde, Educação, Geração De Renda
IPOJUCA	PE	Comitês de Bacias
MARACANAÚ	CE	Comitês de Bacias, A3P
MESQUITA	RJ	Conflitos da Ocupação Urbana: Ocupação Irregular Em Apps E Áreas De Risco
PORTO SEGURO	BA	Discussão do Plano Diretor
RIO DE CONTAS	BA	Drogas, Segurança Pública, Planejamento Urbano
RIO GRANDE	RS	Economia Solidária
SÃO LOURENÇO DO SUL	RS	Impactos Do Comperj: Ameaças E Potencialidades
SAQUAREMA	RJ	Mais Os 40 Capítulos Da Agenda 21 E Os 8 Objetivos Do Milênio
SOBRAL	CE	Movimento Ideológico Para Não Perder A Articulação E Mobilização Já Feita
UBATUBA	SP	Não Há Reunião No Momento
ITAPUÃ DO OESTE	RO	Plano Diretor Do Município
SÃO PAULO (MACRO LESTE)	SP	Plano Diretor Participativo Do Município
SÃO PAULO (MACRO SUL)	SP	Profissionalização

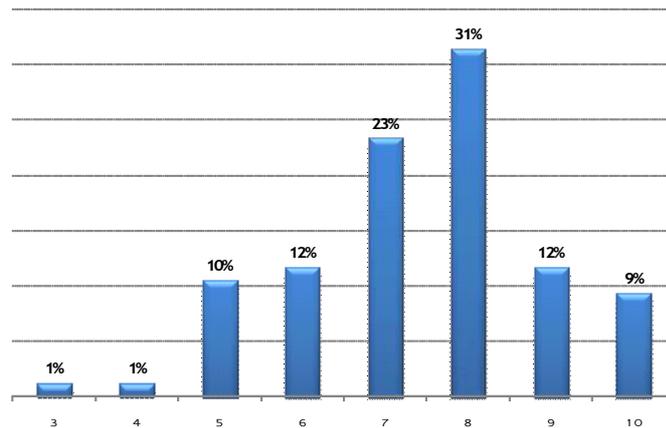
### BLOCO 3 – SOBRE O PROCESSO DE AGENDA 21 DO MUNICÍPIO

**15) Qual o grau de conhecimento, em média, das pessoas envolvidas atualmente no processo de AGENDA 21 do município sobre o que seja a AGENDA 21, seja quanto a suas temáticas, princípios, histórico, diretrizes, etc.? (Colocar de 00 a 10)**

Como esperado, as pessoas entrevistadas apresentaram um elevado grau de conhecimento sobre seus próprios processos. 27% dos municípios responderam que o grau de conhecimento dos envolvidos atualmente no processo de AGENDA 21 sobre o que seja AGENDA 21 é 08 (oito).

Acumulando as notas médias acima de 8, temos que 52% possuem um grau médio de conhecimento acima de 8.

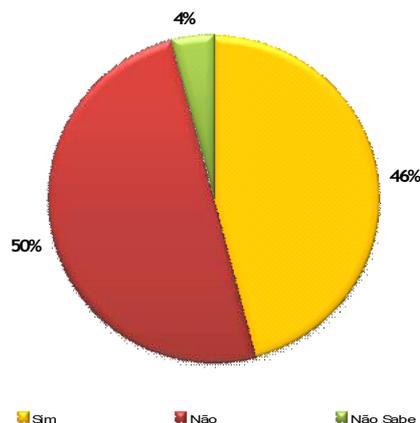
#### Grau Médio de Conhecimento



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

## 16) O processo de AGENDA 21 chegou a paralisar-se?

Levando em consideração essa parte da análise, é forçoso considerar as dificuldades de continuidade nos processos, percebendo-se que, pelo menos, 46% chegaram a paralisar-se em algum momento de sua evolução. Ainda, 4 % não souberam informar a respeito deste tópico.

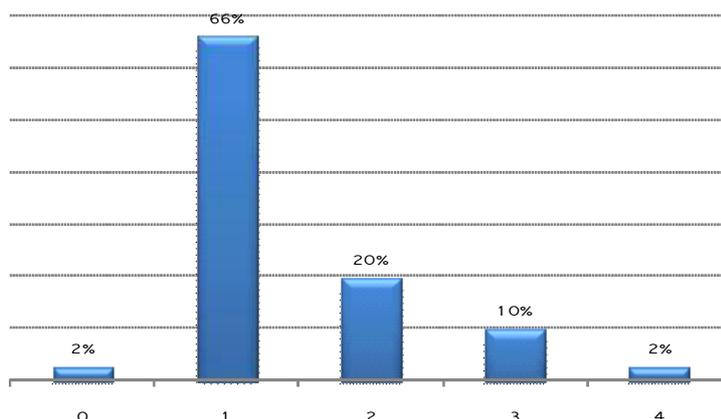


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

Dos casos em que a Agenda 21 chegou a parar, o processo ficou parado conforme o seguinte número de vezes.

Percebe-se que em 66% dos casos o processo de AGENDA ficou parado 1 (uma) vez e 20% tiveram paralisação 2 (duas) vezes, nos termos abaixo explicitados.

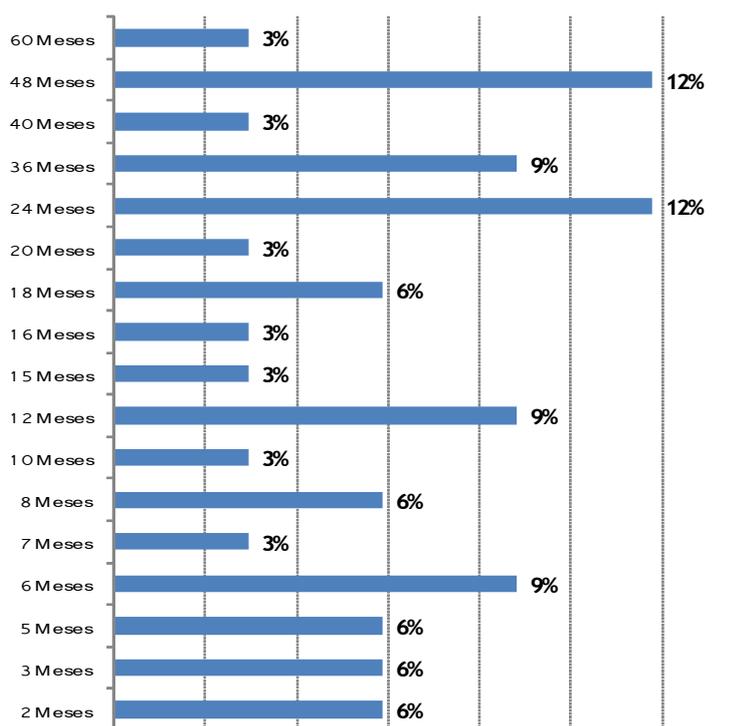
### Quantidade de paralisações



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### Tempo total de paralisação

47% dos municípios tiveram até um ano de paralisação na AGENDA 21 e 73% acumulados tiveram até 2 (dois) anos parados.

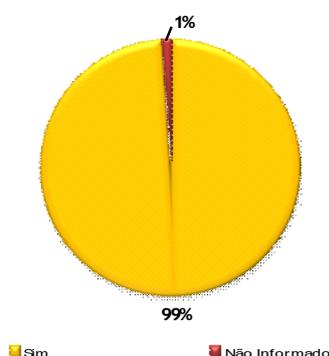


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### 17) O processo de AGENDA 21 tem uma base territorial definida? (*Pode ser marcada mais de uma opção*).

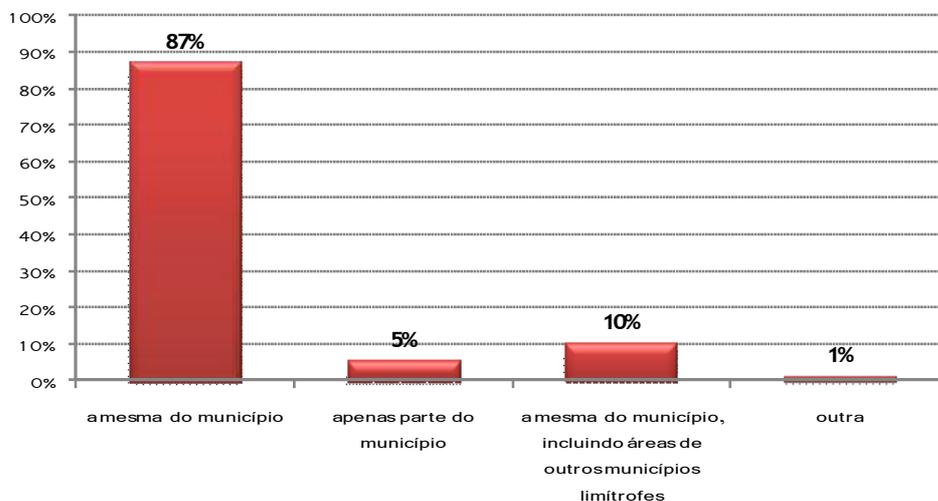
A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: a mesma do município; apenas parte do município; a mesma do município, incluindo áreas de outros municípios limítrofes; outra ou não sabe. Assim que poderiam ser marcadas mais de uma opção.

Em relação a base territorial, 99% dos municípios responderam que possuem uma base territorial definida.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

Dentre os que responderam que possuíam base definida, 87% disseram que a base é a mesma do município, e 5% disseram que utiliza apenas parte do município, 10% áreas limítrofes e 1% outras áreas. É importante reiterar que mesmo aqueles cuja resposta não identificou tais processos com os limites do municípios (13% dos casos), a equipe de trabalho julgou válido sistematizar tais experiências, posto que as mesmas subsumiam aos demais critérios de identificação e seleção de processos supramencionados.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

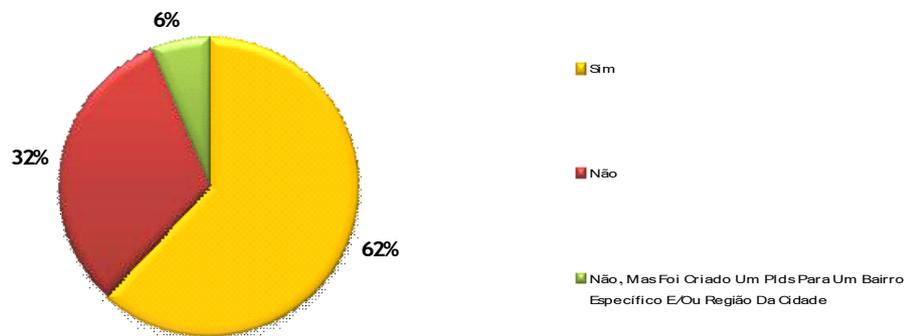
### 18) O processo de AGENDA 21 do município chegou a criar um PLDS (Plano Local de Desenvolvimento Sustentável) para o município como todo?

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha:

ações emergenciais/prioritárias, de curto, médio e longo prazos,  
ações com previsão de continuidade  
definição dos meios de implementação

atribuição e responsabilidades de todos os participantes  
indicadores de resultados  
publicização das ações da AGENDA 21 Local  
indicação de Diretrizes ou Metas para o Desenvolvimento Local  
definição de Projetos por área  
não  
não, mas foi criado um PLDS para um bairro específico e/ou região da cidade  
não sabe.

Em relação à criação de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, em 62% dos casos foi criado um PLDS, em 32% não foi criado e 6% foi criado um PLDS em algum bairro específico.



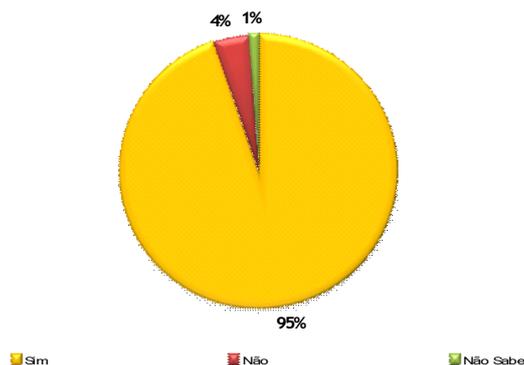
Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### **19) Houve alguma iniciativa de formação/capacitação das pessoas envolvidas com o processo de AGENDA 21 no município para que as mesmas pudessem compreender/dominar melhor os conceitos e princípios de AGENDA 21?**

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: sim; não e não sabe. Caso a resposta fosse positiva, dever-se-ia indicar quem forneceu a capacitação/formação, ou seja, definir se foi governo municipal, governo estadual, governo federal, ONG, movimento social, rede, sindicato, ou similares (nacional), ONG, movimento social, rede, sindicato, ou similares (internacional), empresa, universidade ou outros.

Assim, 95% dos municípios tiveram iniciativa de formação/capacitação das pessoas envolvidas com o processo de AGENDA 21 no município para que as mesmas pudessem compreender/dominar melhor os conceitos e princípios de AGENDA 21, e apenas em 4% não tiveram iniciativa.

#### **Iniciativa de formação**

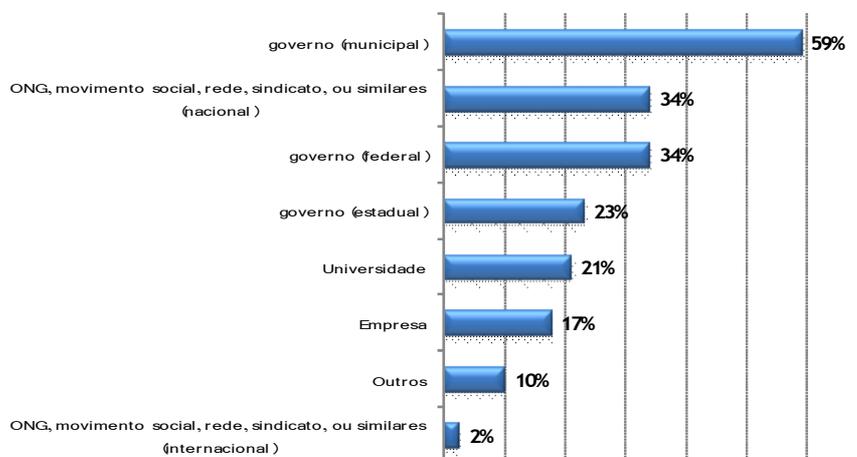


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

Dentre os municípios que tiveram iniciativa de formação/capacitação das pessoas envolvidas 59% indicaram que a capacitação foi fornecida pelo governo local; 34% ONG, movimento social, rede, sindicato, ou similares (nacional), 34% disseram que receberam capacitação do governo federal e 23% por meio do governo estadual.

Foram citadas conforme gráfico abaixo iniciativas também por meio do Universidade (21%), Empresa (17%), Outros (10%) e somente 2% de iniciativa de ONG, movimento social, rede, sindicato, ou similares (internacional). Considere-se, sem embargo, a preponderância da capacitação fornecida pelo governo municipal (59%).

### Quem forneceu capacitação



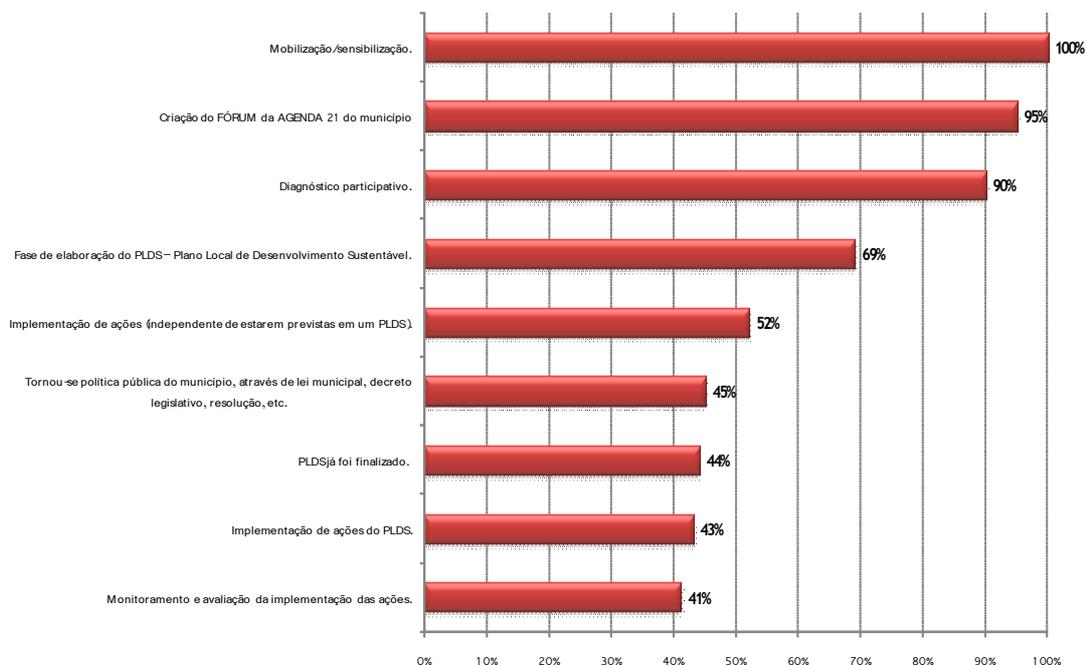
Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### 20) Quais das etapas a seguir o processo de AGENDA 21 já percorreu, considerando o MUNICÍPIO como um todo? (Pode ser marcada mais de uma opção).

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: mobilização/sensibilização; criação do FÓRUM da AGENDA 21 do município; diagnóstico participativo; fase de elaboração do PLDS – Plano Local de Desenvolvimento Sustentável; PLDS já foi finalizado; implementação de ações do PLDS; implementação de ações (independente de estarem previstas em um PLDS), tornou-se política pública do município, através de

lei municipal, decreto legislativo, resolução, etc.; monitoramento e avaliação da implementação das ações e não sabe.

100% dos municípios tiveram mobilização/sensibilização; 90% dos municípios realizaram diagnóstico participativo. Abaixo é apresentado o detalhamento do percentual dos municípios em relação aos processos percorridos de AGENDA 21.

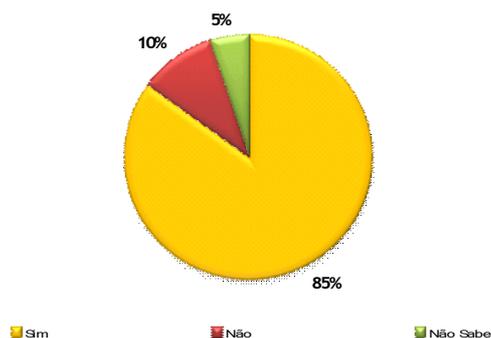


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

## 21) Foi utilizada metodologia do Passo-a-Passo da AGENDA 21 Local preconizada pelo Ministério do Meio Ambiente na implementação do processo de AGENDA 21 do município?

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: sim; não e não sabe. Porém os municípios que responderam não tinha a opção de se referirem a outras metodologias, como ICLEI, DLIS e outros.

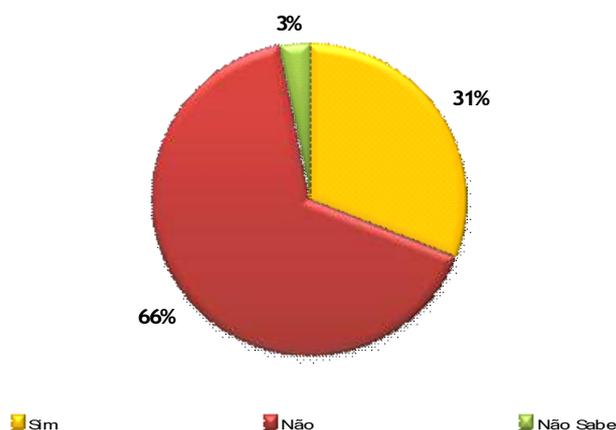
A maioria absoluta dos municípios (85% dos municípios) utilizou metodologia do Passo-a-Passo da AGENDA 21 Local preconizada pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo que apenas 10% afirmaram não ter utilizado nenhuma metodologia, além de 5% que não sabiam ou não informaram se utilizaram alguma metodologia.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

## 22) O município utilizou financiamento do FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente?

Em relação a este particular, considere-se que, dentro aqueles processos que responderam a esta questão, 31% afirmam ter utilizado recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Em 66% dos municípios, afirma-se que estes não utilizaram o financiamento do FNMA, enquanto 3% não sabia informar, ou não informaram

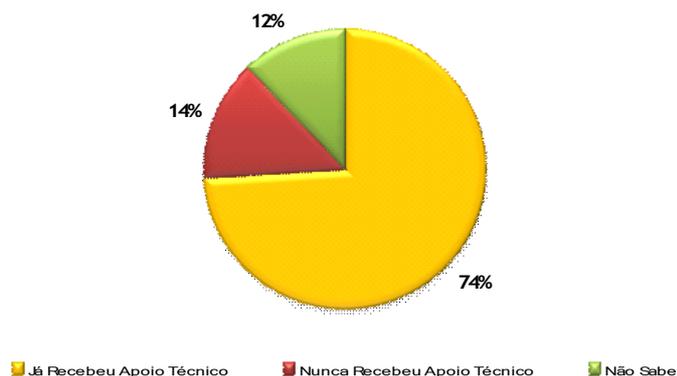


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

## 23) O município já recebeu algum tipo de apoio técnico para viabilizar a construção e/ou implementação do processo de AGENDA 21? De quem?

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: Nunca recebeu apoio técnico; já recebeu apoio técnico, e não sabe. Para a opção em que já recebeu apoio técnico, os municípios tinha escolhas variadas, como de técnicos do MMA – Ministério de Meio Ambiente, da REBAL – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, de consultorias privadas, de organizações governamentais, de organizações não governamentais, de universidades, de organizações de auxílio técnico (SENAI, SEBRAE, EMATER, EMBRAPA, etc.), de especialistas locais/ voluntários/ convidados e de outros.

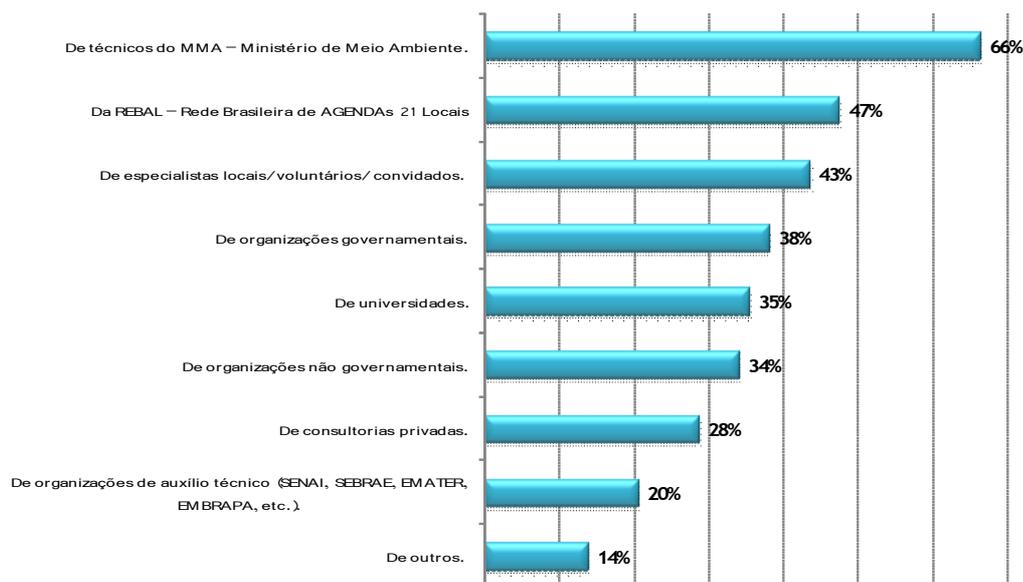
Pelo gráfico abaixo, percebe-se que 74% dos municípios receberam algum tipo de apoio técnico para viabilizar a construção e/ou implementação do processo de AGENDA 21.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### De quem foi o apoio

A seguir é apresentada a distribuição dos apoios recebidos pelos 74 municípios mencionados anteriormente. 66% dos municípios receberam apoios de técnicos do MMA; 47% da REBAL – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, e 43% de especialistas locais voluntários ou convidados e 38% da REBAL, os demais apoios são apresentados abaixo:



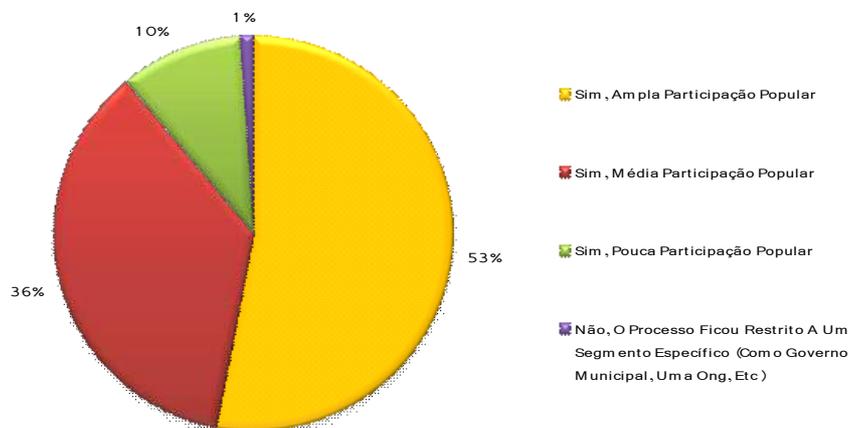
Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

### 24) Houve participação popular no processo de AGENDA 21 do seu município?

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: sim, não e não sabe. Para os itens marcados em "sim", havia as opções "sim, ampla participação popular", "sim, média participação popular" e "sim, pouca participação popular".

Em relação à participação popular no processo de AGENDA 21 do município, item de fundamental importância para a representatividade e legitimidade das ações a serem implementadas, constatou-se que em um número bastante razoável de casos, 53%, foi

informado que houve ampla participação da população, e 36% tem média participação e 10% pouca participação. Apenas em 1% dos municípios o processo ficou restrito a segmentos específicos.

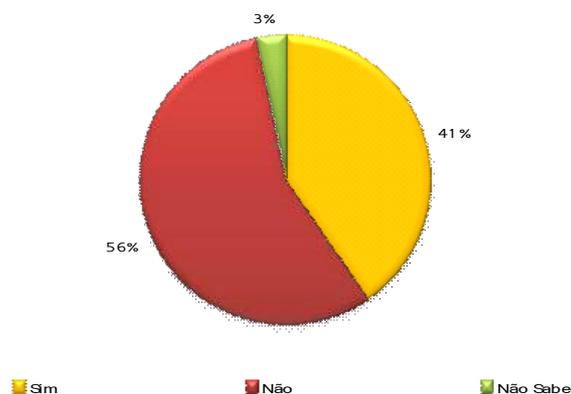


Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

**25) Existe algum outro processo no município que se autodenomine AGENDA 21 e que esteja em funcionamento no momento? (Pode ser marcada mais de uma opção)**

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: sim, não e não sabe. Para os itens marcados em "sim", havia as opções da natureza do processo ser de empresa, de escola, de bairro e outros.

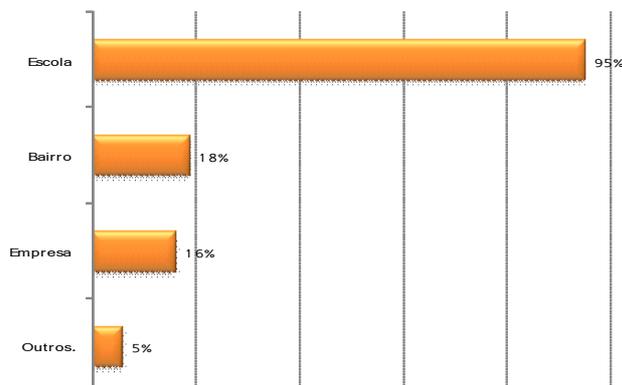
Em 41% dos municípios pesquisados existe algum outro processo no município que se autodenomine AGENDA 21 (como Agenda 21 na escola, de empresa, de bairro, etc.) e que esteja em funcionamento no momento. Em 56% dos casos, entretanto, não há a menção a tal informação.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

**Natureza do processo**

Dos 41% dos municípios que possuem algum outro processo foi questionado qual a natureza do processo em questão, sendo o resultado mostrado a seguir:



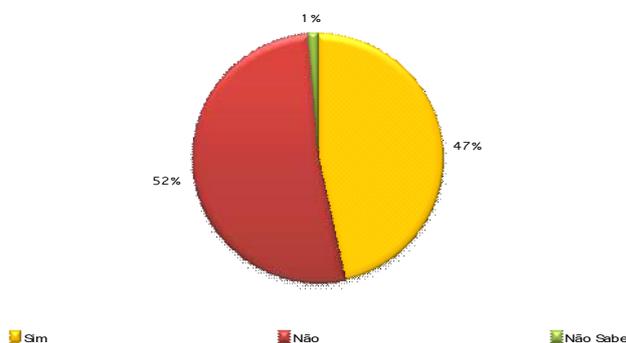
Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis – 2010

95% dos municípios possuem um outro processo no município que se autodenomine AGENDA 21 "na escola"; 18 % possuem processo no bairro, e 16% outros processo e em empresa.

## 26) Seu processo de AGENDA 21 é financiado atualmente por algum tipo de entidade?

A pergunta permite a marcação de múltipla escolha: sim, não e não sabe. Para os itens marcados em "sim", havia as opções de especificar os tipos que poderiam ser governamental-municipal, governamental-estadual, governamental- federal, de ONG, movimento social, rede, sindicato, ou similares (nacional), de ONG, movimento social, rede, sindicato, ou similares (internacional), de empresa, de doações de pessoas físicas e de outros.

Pelo que se pode observar do tratamento dos dados, 47 % dos processos são financiados por algum tipo de entidade, e 52% não são financiados.



Fonte: Pesquisa Agenda 21 - Vitae Civilis - 2010

### Tipo de financiamento

Abaixo são apresentadas as formas de financiamento, e percebe-se que 88% dos processos foram financiados por entidade governamental municipal, ao passo que